

SELETA

ANTECEDENTES DA INTERVENÇÃO DO BRASIL NA BANDA ORIENTAL EM 1816

Barão do RIO BRANCO

Apenas o nosso exército em observância do armistício de 1812 evacuou a Banda Oriental, as tropas de Buenos Aires, unidas às orientais de Artigas, repassaram o Uruguai e abriram de novo as hostilidades contra os espanhóis. As desconfianças do Marquês de Casa Irujo, habilmente exploradas por Lord Strangford, e a pressão exercida por este sobre o governo do Príncipe Regente, deram em resultado esse armistício com que perdeu Espanha o apoio das tropas brasileiras. Desde então o Príncipe Regente conservou a mais estrita neutralidade na guerra entre a Metrópole e os povos do Rio da Prata, abrindo-se entre o Brasil e Buenos Aires relações de amizade e comércio. Esta modificação na política até então seguida coincidiu com a entrada do Conde das Galveias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O chefe do gabinete, Marquês de Aguiar, via com horror os progressos da armarquia no Rio da Prata, mas, diante do procedimento da Espanha, que repelia, como presente grego, a cooperação armada da corte do Rio de Janeiro, e em presença da atitude da Inglaterra, que, conquanto aliada dos espanhóis na Península, desejava a emancipação das colônias em proveito do seu comércio, não havia outro expediente a adotar senão garantir fortemente as nossas fronteiras do sul, para impedir que o incêndio da insurreição as invadisse também.

Em 1814 (20 de junho) os argentinos tornaram-se senhores da praça de Montevidéu, último baluarte do poder espanhol nas margens do Prata, mas logo depois acendeu-se uma guerra feroz entre o governo de Buenos Aires e os partidários do general Artigas. A luta teve por teatro as províncias da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes. O capitão-general do Rio Grande do Sul, Marquês de Alegrete, recebera ordens terminantes

para manter-se alheio à contenda, limitando-se a fazer respeitar o nosso território e as propriedades brasileiras colocadas nas proximidades da linha divisória. Cingiu-se ele escrupulosamente a essas instruções, mas não deixou de representar ao Governo contra os perniciosos exemplos que aos povos davam os nossos vizinhos. Vários destacamentos das forças que se disputavam o domínio da Banda Oriental tiveram, perseguidos, de penetrar no Rio Grande do Sul, e nessa extremidade se achou também quase todo o regimento do caudilho Otórguez, a quem o coronel argentino Dorrego arrojara sobre a fronteira de Santa Teresa. Quando encontravam tropas brasileiras os bandos indisciplinados de Artigas prestavam-se a depor as armas, que, em virtude das ordens do Governo, lhes eram devolvidas no ato de voltarem para a Banda Oriental. A vigilância das nossas guardas não podia exercer-se eficazmente desde o mar até a foz do Quaraim, e daí aos confins das Missões. Muitos roubos e assassinatos cometidos dentro das nossas raias ficavam impunes e eram atribuídos às incurções dos sequazes de Artigas. Os criminosos e escravos do Brasil encontravam pronto refúgio e o melhor acolhimento nas fileiras do caudilho oriental. Os índios do distrito de São Borja agitavam-se, preferindo muitos deles ao regime de ordem em que viviam entre nós à vida de aventuras e rapinas que na margem oposta do Uruguai lhes ofereciam os insurgentes.

A abdição de Fontainebleau pusera termo à luta em que por tantos anos Espanha e Portugal se acharam empenhados na Europa contra Napoleão. Restituído a Madrid, podia então Fernando VII, dispondo de todas as forças militares do país, cuidar de submeter seriamente as colônias revoltadas da América, e efetivamente começou por organizar em Cádiz uma expedição de 12.000 homens às ordens de Murilo, destinada ao Rio da Prata. Havia, porém, uma dificuldade séria. As duas margens do rio estavam inteiramente livres do domínio espanhol desde a capitulação de Montevidéu, e era por isso muito arriscado o desembarque, após a longa travessia do Atlântico, e em sítios tão desabrigados, não havendo perto uma base segura de operações. Para remover o obstáculo, veio ao Rio de Janeiro o enviado Salazar, incumbido pelo governo de Madrid de pedir a ocupação da ilha de Santa Catarina até que as tropas de Murilo se pudessem fazer fortes em Montevidéu ou Buenos Aires.

Apesar da incômoda vizinhança de Artigas não tinha o Príncipe Regente motivos de queixa do governo de Buenos Aires, e obedecia já então ao influxo das idéias novas do seu ministro, Conde de Barca, espírito esclarecido, liberal, e de largas vistas políticas, que por muito tempo andara arredado de seus conselhos por infenso à influência britânica. Não se temia

o Conde da Barca, como o seu colega Marquês de Aguiar, dos progressos da revolução americana. Aceitava-a como fato consumado e sabia que os principais promotores da independência no Rio da Prata não professavam idéias puramente democráticas, nem as tinham por adequadas à índole, à péssima educação política e à nenhuma cultura intelectual de povos pastores. A anarquia que devorava essa região e as antigas colônias espanholas desapareceria, segundo ele, desde que a Espanha, reconhecendo ser-lhe impossível sustentar com vantagens guerras em paragens tão remotas, preferisse pactuar com os independentes sobre a base da formação de uma ou mais monarquias, governadas por príncipes da Casa de Bourbon. Com a emancipação das colônias espanholas e o restabelecimento da paz, ganharia o comércio do Brasil e a influência política do Príncipe Regente. Os interesses bem entendidos deste aconselhavam-no a viver em harmonia com os povos americanos, e nunca a auxiliar o restabelecimento do império colonial de Espanha. Era aqui no Novo Mundo que devia assentar-se o trono português. Em um estreito canto da Península Ibérica o rei de Portugal estaria sempre sob a tutela das grandes potências e apertado pela proximidade de Espanha, de cujo governo havia antigos e recentes agravos, que a última aliança não pudera fazer olvidar, e aos quais acabava de juntar-se o da retenção da praça de Olivença. Foi a estas novas vistas políticas que se deveu a abertura definitiva dos portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas, a recusa do Príncipe Regente de regressar à Europa na esquadra inglesa que, por sugestões de Lord Strangford, veio ao Rio de Janeiro para esse fim em 1815 e conseqüente elevação do Brasil ao predicamento de Reino. A missão de Salazar não podia, portanto, ser bem sucedida. Na mesma ocasião em que ele apresentava as solicitações de Fernando VII, dois comissários argentinos, Rivadavia e Belgrano, de passagem para a Europa, se entretinham com o Príncipe Regente e o Conde da Barca, declarando-lhes que seus compatriotas queriam a independência, mas de modo algum a república, para que não estavam preparados, e recebendo, em resposta, a segurança de que o governo do Rio de Janeiro não se ligaria à Espanha na guerra da América e estava firme no propósito de observar escrupulosamente o armistício de 1812 enquanto as Províncias Unidas por sua parte o respeitassem. Pouco antes de prosseguirem em sua viagem esses emissários, reunia-se-lhes no Rio de Janeiro o dr. Manuel José García, acreditado junto à corte do Brasil pelo governo de Buenos Aires e as mesmas declarações e seguranças eram trocadas entre ele e o governo do Príncipe Regente. Salazar tornou, pois, a Madrid com a certeza de que a ocupação, embora temporária, de Santa Catarina não era possível, e que nas costas do Brasil a expedição espanhola só devia contar com os auxílios que o direito das gentes permite

às nações neutras. Por esta decisão, os povos do Prata, rebelados contra a Metrópole, eram tratados no pé de beligerantes; tanto esse fato como o livre trânsito e o acolhimento que, apesar das reclamações da Legação Espanhola, encontravam no Rio de Janeiro os naturais de Buenos Aires e os agentes do governo argentino, davam origem a profundos despeitos em Madrid. Semelhante linha de proceder, porém, era perfeitamente correta desde que por exigências do próprio representante de Espanha o Príncipe Regente proclamara solenemente a sua neutralidade entrando desde então em relações com as Províncias Unidas.

(...) O anúncio da expedição espanhola e a requisição de Salazar coincidiram com a chegada de notícias do Rio da Prata que tinham a maior gravidade sob o ponto de vista da tranqüilidade de nossas fronteiras. As tropas de Artigas haviam derrotado em vários encontros as de Buenos Aires. Um exército argentino de mais de 4.000 homens não havia podido conter os progressos do ambicioso caudilho e chamar à união o vasto território sobre que ele estendia sua influência, desde o oceano até a margem esquerda do Paraná. Vitorioso por toda a parte Artigas estava senhor absoluto da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes, e preparava-se para levar a guerra à própria província de Buenos Aires. (...) Em Portugal começou-se desde logo a organizar a força expedicionária, composta de veteranos da guerra peninsular, que espontaneamente preferissem a residência na América e aos quais se oferecia, além de um prêmio, soldo mais elevado e a promessa de rápidas promoções. Para comandante dessa força foi designado Carlos Frederico Lecor, que havia servido com muita distinção durante a luta contra os franceses. O primeiro contingente chegou ao Rio de Janeiro em novembro de 1815, e o segundo e último em abril do ano seguinte.

A chamada das tropas européias foi decidida quando o Príncipe Regente se convenceu de que a expedição espanhola de Murilo ia ser empregada contra o Rio da Prata e na mesma ocasião em que recebia a nova das vitórias decisivas de Artigas sobre o exército de Buenos Aires. O pensamento do governo era ainda então limitar-se a cobrir o território brasileiro contra os insultos de Artigas. A intervenção armada não era praticável porque só podia realizar-se em união e acordo com as tropas esperadas da Espanha, e o Príncipe acabava de negar-se formalmente a prestar-lhes qualquer cooperação ou auxílio que equivallesse ao rompimento do armistício de 1812. Nesse sentido empenhara ele sua palavra, fazendo declarações espontâneas e mui positivas aos enviados argentinos Rivadavia, Belgrano e García.

No decurso do ano de 1815, porém, e em princípios de 1816, os acontecimentos que se sucederam no Rio da Prata levaram-no a variar essa linha de proceder. Ensoberbecido com as vantagens que obtivera e constituindo-se chefe de uma confederação independente, Artigas redobrou de provocações, e trazia em desassossego todos os seus vizinhos, não só as províncias argentinas da obediência de Buenos Aires, como o Brasil e também o Paraguai. A corte de Madrid não punha cobro a tais excessos, e parecia desistir de reconquistar o Rio da Prata, desviando de seu primitivo destino a expedição de Cádiz. O governo de Buenos Aires, em uma campanha desastrosa, acabava de mostrar-se impotente para destruir o poder do caudilho oriental, e via-se seriamente ameaçado pelas simpatias que em outras províncias e na própria capital ia encontrando esse apóstolo da dissolução política e social. Em tal situação, e só depois de desatendidas todas as suas reclamações, foi que o governo do Rio de Janeiro resolveu ocupar a Banda Oriental cedendo ao mesmo tempo às queixas repetidas dos habitantes da fronteira, às representações do governador do Rio Grande do Sul e às vivas instâncias dos emigrados argentinos e orientais, apoiados até certo ponto pelo próprio García, representante do governo de Buenos Aires.

(Estudos históricos, 173-182. (Rio de Janeiro) Ministério das Relações Exteriores (1948). Volume VIII das "Obras do Barão do Rio Branco).